

CADERNO DE ENCARGOS

(Decreto-Lei nº 18 /2008 de 29 de Janeiro, na sua última redação)

Concurso Público (CP 03/2020) para "Aquisição de uma Viatura Pesada de Passageiros de 51 lugares para Transporte Escolar" PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1ª

Objeto

1 - O Presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento de **"Aquisição de uma Viatura Pesada de Passageiros de 51 lugares para Transporte Escolar"**, nos termos do Código dos Contratos Públicos, (doravante designado abreviadamente por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação.

2 - O presente contrato tem como objeto principal a aquisição de um veículo pesado de passageiros tipo autocarro, com a lotação de 51 lugares + lugar motorista + lugar guia, para turismo e transporte escolar.

Cláusula 2ª

Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3ª

Prazo de Vigência

O contrato mantém-se em vigor até à totalidade da entrega do bem à entidade adjudicante em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4ª

Preço base

O preço base do procedimento é de **235.000,00€ (duzentos e trinta e cinco mil euros)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado, constituindo-se como o preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pelo fornecimento do equipamento que constitui o objeto do procedimento, conforme disposto no n.º 1 do artigo 47.º do CCP.

Cláusula 5ª

Retoma

1 - Mediante proposta a apresentar, será entregue ao Adjudicatário, como retoma do equipamento novo, a viatura abaixo identificada, no entanto ao Município de Mora reserva-se o direito de recusar a proposta.

2 - A viatura de retoma tem as seguintes características:

Marca	Modelo	Matrícula	Ano da matrícula	Km	Cilindrada
Iveco	CC 3911235E-2	83-91-PX	2000	679	9500

Esta viatura, propriedade da Câmara Municipal de Mora, poderá ser vista no seu **Estaleiro**, sito na **Rua das Guardinas - 7490-232 Mora**, onde se encontra parqueado, mediante prévia marcação junto do responsável do Parque de Máquinas.

1 - O valor da viatura a retomar não é deduzido ao valor da viatura a adquirir.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I
Obrigações do Fornecedor

Cláusula 6ª
Obrigações principais do Fornecedor

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a)** Obrigação de entrega do bem identificado na sua proposta no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias;
- b)** Obrigação do cumprimento do prazo de entrega do bem;
- c)** O fornecedor, no momento da entrega do bem objeto do contrato, deverá proceder à formação do pessoal da entidade adjudicante, quanto à operação e manutenção do equipamento.
- d)** Tratar, junto das entidades competentes, de todos os documentos inerentes ao registo de propriedade, das viaturas (a adquirir e a retomar), em nome dos respetivos proprietários, contando, sempre que necessário, com o apoio da parte da entidade adjudicante, bem como, suportar todos os custos inerentes a estes processos;
- e)** Obrigação de garantia do bem objeto do contrato;
- f)** São da responsabilidade do fornecedor quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças. Caso a entidade adjudicante vier a ser demandada por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o adjudicatário indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 7ª
Conformidade e operacionalidade do bem

1 - O fornecedor obriga-se a entregar à entidade adjudicante os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais previstos nas cláusulas técnicas do caderno de encargos, que dele faz parte integrante.



2 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

3 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4 - O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 8ª

Homologação e licenciamento

É da responsabilidade do fornecedor proceder à homologação e licenciamento da viatura, de acordo com o exigido pela Lei nº 13/2006, de 17 de abril, no Instituto das Mobilidade e dos Transportes, I.P. (incluindo a disponibilização de motorista para o efeito, no caso da inspeção ser em data posterior à entrega da viatura), ficando responsável por qualquer alteração que venha a ser necessária para que a viatura possa ser homologada. A ser necessário proceder a alguma alteração, esta será considerada para todos os efeitos, como uma reparação ao abrigo da garantia.

Cláusula 9ª

Inspeção e análise de conformidade

1 - Efetuada a entrega do bem objeto do contrato, o Município de Mora, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa do mesmo, com vista a verificar, respetivamente, se o mesmo reúne as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 - Durante a fase de análise de conformidade, o fornecedor deve prestar ao Município de Mora toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a fase de realização da análise, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

3 - Os encargos que o fornecedor venha a ter na fase de análise da conformidade do bem fornecidos, são da responsabilidade do mesmo.

Cláusula 10ª

Aceitação do bem

- 1 - Caso a inspeção e análise de conformidade a que se refere a cláusula 9ª comprovem a total operacionalidade do bem objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e nele não seja detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do final da inspeção e análise de conformidade, um auto de entrega, assinado pelos representantes do fornecedor e do Município de Mora.
- 2 - Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior ocorre a transferência da posse e da propriedade do bem objeto do contrato para o Município de Mora, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
- 3 - A assinatura do auto a que se refere o número 1 da presente cláusula não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 11ª

Entrega do bem objeto do contrato

- 1 - Os bens objeto do contrato devem estar disponíveis para serem entregues na seguinte morada:
 - ❖ Estaleiro da Câmara Municipal de Mora – Rua das Guardinas, 7490-232 Mora
- 2 - O fornecedor obriga-se a disponibilizar, sem custos, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles, nomeadamente:
 - a) Certificados de garantia dos equipamentos;
 - b) Manual ou microfichas de procedimentos de manutenção/oficina detalhada da viatura;
 - c) Programa de manutenção preventiva, a que a viatura está sujeita e indicação das instalações onde deverão ocorrer as devidas manutenções/reparações.
- 3 - Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.



Cláusula 12ª

Entrega do bem objeto de retoma

- 1 - O bem objeto de retoma será entregue ao adjudicatário após a entrega do bem adquirido e totalmente operacional.
- 2 - O bem será entregue ao adjudicatário no estado em que se encontra, não havendo por parte do Município de Mora nenhuma intervenção prévia à entrega.
- 3 - Os encargos e os riscos inerentes à fase de remoção do bem objeto de retoma do local de estacionamento são da exclusiva responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 13ª

Dever de sigilo

- 1 - O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Mora, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 14ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Município de Mora

Cláusula 15ª

Preço Contratual

1 - Pela prestação do serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Mora deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 16.ª

Condições de pagamento

1 - As quantias devidas pelo Município de Mora devem ser pagas no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a receção pelo mesmo da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.

2 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto de entrega do bem.

3 - Em caso de discordância por parte do Município de Mora, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 17.ª

Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Mora pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo atraso na entrega dos bens de 1 a 5 dias úteis - 2% do preço contratual;
- b) Pelo atraso na entrega dos bens de 6 a 10 dias úteis - 5% do preço contratual;
- c) Pelo atraso na entrega dos bens superior a 10 dias úteis - 15% do preço contratual;



- d) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, poderá ir até 20% do preço contratual;
- e) Pelo incumprimento das restantes obrigações, será aplicada uma sanção que poderá ir até 20% do valor contratual.

2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Mora pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor do contrato.

3 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do número 1, relativamente ao bem objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Mora tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 - O Município de Mora pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Mora exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18ª

Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 19ª

Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Mora pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso, do fornecedor violar de forma grave e reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente nos seguintes casos:

- a) Prática de atos com dolo negligência que prejudiquem ou afetem a qualidade dos serviços prestados;
- b) Não cumprimento integral das condições e obrigações previstas neste caderno de encargos.

2 - O direito de resolução referido no número anterior mediante declaração enviada ao fornecedor.

Capítulo IV

Resolução de litígios

Cláusula 20ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.



Capítulo V

Disposições finais

Cláusula 21ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 22ª

Deveres de informação

- 1** - Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do fornecimento, de acordo com as regras gerais da boa-fé.
- 2** - Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
- 3** - No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do fornecimento.

Cláusula 23ª

Comunicações e notificações

- 1** - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do fornecimento, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma.
- 2** - Qualquer alteração das informações de contato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo aos sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 25ª
Legislação aplicável

Em todo o omissso no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e na restante legislação especialmente aplicável.

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 26ª
Características técnicas do equipamento a fornecer

1 - O contrato a celebrar tem por objeto o fornecimento de um veículo pesado de passageiros tipo autocarro para transporte escolar e turismo com as seguintes características:

a) Chassis

i. Característica

- Chassis construído por longarinas de perfil em "U", reforçado nas zonas de maior solicitação;
- 2 (dois) eixos, com a configuração 4x2;
- Peso bruto 19.000 kg;
- Volante regulável em altura e inclinação;
- Coluna de direção do lado esquerdo;
- Suspensão independente.

ii. Motor

- Homologado para Norma Euro 6.d;
- Combustível: Gasóleo;
- Potência $\geq 400\text{cv}$
- Binário $\geq 2.000\text{ Nm}$;
- Cilindrada $\geq 10.000\text{cm}^3$;
- ≥ 6 (seis) cilindros em linha; 4 (quatro) válvulas por cilindro;
- Sistema de pós-tratamento de gases de escape SCR (Redução Catalítica Seletiva);
- Motor montado longitudinal na retaguarda, em posição vertical;
- Limitador de velocidade eletrónico;
- Injetores unitários por cada cilindro;
- Turbo - compressor e intercooler.

15

iii. Caixa de velocidades

- Caixa \geq oito velocidades para a frente e \geq uma velocidade para trás;
- Comando automático ou sequencial da caixa de velocidades;
- Função "Kick-Down" ou equivalente;
- Retarder hidráulico manual/automático.

iv. Suspensão

- Suspensão totalmente pneumática com 2 (dois) foles à frente e 4 (quatro) à retaguarda e barras estabilizadoras à frente e atrás;
- Comando de elevação e rebaixamento temporário da suspensão;
- Ajoelamento lateral direito.

Travão ao Motor;

v. Travões

- ESP – Controlo eletrónico de estabilidade;
- EBS – Sistema de Travagem Controlada Eletronicamente;
- ABS – Sistema Anti-Bloqueio;
- ASR – Sistema Anti-Patinagem;
- Travão de montanha;
- Travão de parque a ar comprimido, com válvula de bloqueio;
- Travão de serviço a ar comprimido, com 2 (dois) circuitos independentes;
- Travões de disco nos 2 (dois) eixos (dianteiro e traseiro);
- Ajuda ao arranque em subida;
- Sistema de travagem de Emergência;
- Avisador de desgaste das pastilhas dos travões;
- Sistema de aviso que funciona quando o veículo sai da faixa de rodagem e radar de deteção de aproximação de obstáculos com função vibratória no banco do motorista.

vi. Sistema elétrico

- Painel de Instrumentos com informação digital;
- ≥ 2 (dois) alternadores com intensidade máxima unitária ≥ 100 A;
- Duas baterias de 12 V, com capacidade unitária ≥ 225 Ah;

- Computador de bordo tipo "Digital", que permite controlar a distância percorrida, o combustível utilizado, o tempo de funcionamento do motor, o consumo médio, o tempo em ralenti, o tempo de condução com o "Cruise Control", as rotações usadas fora da zona económica, entre outras;
- Tomada FMS;
- Tipo Multiplex/CAN;
- Ficha para recarregar baterias.

vii. Pneus e Jantes

- 7 (sete) Pneus, com medida $\geq 295/80R22,5$;
- 7 (sete) Jantes em aço, com medida $\geq 8,25'' \times 22,5''$;
- Tampões das rodas.

viii. Outras especificações técnicas – chassis

- Uso: novo;
- Tacógrafo Digital inteligente homologado;
- Capacidade do depósito de combustível: entre 400 e 600 litros;
- Abastecimento de combustível pelos dois lados da viatura;
- Depósito de "Ad-Blue" homologado ou equivalente e com capacidade total entre ≥ 45 litros;
- Dois Triângulos de sinalização;
- Macaco hidráulico entre 10.000kg e 12.000kg;
- Cruise Control para limitar velocidade;
- Sistema Anti-Capotamento.

b) Carroçaria

- Dimensões: (comprimento ≥ 12.000 mm; largura; altura-incluindo o ar condicionado teto);
- Lotação: 51 + 1 + 1 (passageiros; motorista; tripulante)
- Capacidade bagageira $\geq 8 \text{ m}^3$
- Carroçaria que cumpra Regulamento de Segurança 66.02
- Duas claraboias de teto (saídas de emergência)
- Estrutura em aço galvanizado com tratamento anticorrosivo;
- Tampas das bagageiras em alumínio com estrutura de alumínio, de acionamento eletro-pneumático com comando à distância e no condutor.

i. Exterior da carroçaria

- Para-brisas de 1 vidro laminado, colado à estrutura, sem perfis de borracha, com tratamento térmico;
- Janelas laterais dos passageiros inteiros, com vidros temperados, duplos, escurecidos com filtro solar;
- Vidro da janela do condutor com elevador elétrico, vidro simples incolor;
- Espelhos exteriores convexos de 2 (duas) vistas, com acionamento elétrico e aquecimento;
- Câmara de marcha-atrás, com monitor TFT 7" integrada no tablier.

ii. Portas da carroçaria

- Abertura das portas do painel direito, pelo interior, por atuação de interruptores colocados na vizinhança imediata da porta, em caso de emergência;
- 2 (duas) portas laterais de serviço de 1 (uma) folha mais porta de acesso à PMR, atrás do segundo eixo. As portas de serviço (frente e central) devem possuir sistema automático de abertura/fecho elétrico e anti-entalamento;
- Tampas de acesso à bagageira central (lados esquerdo e direito), de abertura vertical, com acionamento electropneumático e sistema de segurança;
- Abertura da porta com comando à distância;
- Altura dos degraus da porta da frente não superior a 210mm.

iii. Decoração interior

- Revestimento do tejadilho/conduatas e dos painéis laterais, em material lavável, em cor a escolher pelo Município;
- Pavimento em PVC de alta resistência;
- Bocais de saída de ar e luz individual a LED, em todos os lugares;
- Tapetes na zona do condutor, guia e entrada;
- Cortinas plissadas nas janelas laterais e óculo traseiro, em tecido, de cor a escolher pelo Município;
- Espelhos retrovisores interiores, que permitam ao motorista ampla visibilidade do interior;
- Porta-documentos por cima do lugar do motorista e tripulante, com fechadura;
- Porta-objetos no porta-bagagens interior, lado esquerdo e direito, com fechadura;
- Caixote do lixo para o condutor;

- Frigorífico;
- Persianas anti-encadeamento de acionamento elétrico, no para-brisas e janela do condutor .

iv. Bancos

- Banco do motorista pneumático, com regulação automática no próprio banco e função vibratória com apoio lombar, com cinto de segurança de 3 (três) pontos, com sistema de enrolamento ;
- Banco do tripulante forrado a moquete com cinto de segurança de 3 (três) pontos, com sistema de enrolamento;
- Bancos dos passageiros reclináveis, forrado a moquete (cor a definir), encosto de cabeça em pele sintética com cinto de segurança de 3 (três) pontos e apoio de braços apenas no lado do corredor e no friso da janela e sem apoio de braços central;
- Elevador para pessoas de Mobilidade reduzida, com instalação elétrica para 2 (dois) lugares de cadeira de rodas, incluindo cinto de segurança e amarrações ao solo. No lugar PMR, os bancos, de passageiros serão fixos ao solo por sistema rápido de encaixe;
- Cores dos bancos a definir;
- Pousa pés ajustáveis.

v. Climatização

- Equipamento de climatização com funcionamento independente para condutor e passageiros, e climatizador automático;
- Funções de ar forçado, ar condicionado, aquecimento e desumidificar automático;
- Aquecimento de passageiros com convetores no solo;
- Sistema permanente de renovação de ar do habitáculo, por pressurização;
- Desembaciador dos espelhos exteriores;
- Desembaciador do para-brisas, com função calor e frio;
- Saída de ar individual em todos os lugares;
- Saídas de ar adicionais, para vidros laterais e corredor.

vi. Equipamento Áudio-Visual/Outros

- Antena, rádio-CD, amplificador estéreo, colunas de som e 2 (dois) microfones, sistema mãos livres Bluetooth;
- Equipamento áudio-vídeo com dois monitores e leitor de DVD;

- Monitor de ≥ 19 (polegadas) (de ecrã plano) na frente;
- Monitor de ≥ 15 (polegadas) (de ecrã plano) ao centro;
- Pré instalação de WiFi;
- Duas saídas USB no rádio.

vii. Iluminação, Sinalização e Sistemas de Proteção e Segurança

- Buzina elétrica e pneumática;
- Iluminação no quadro elétrico;
- Iluminação no compartimento do motor;
- Iluminação no interior das bagageiras;
- Iluminação na zona de entrada com acendimento automático na abertura das portas, apagando por inversão do sistema;
- Iluminação penumbra interior;
- Iluminação de circulação interior, por meio de réguas de Led's ao longo do veículo, e na parte superior do habitáculo do motorista e tripulante;
- Iluminação de leitura individual;
- Faróis dianteiros com lâmpadas Bi-halógeneo e função de "luz de dia" em Led's;
- Faróis de nevoeiro dianteiros e traseiros;
- Luzes-piloto laterais de posição;
- Aplicação de martelos quebra-vidros com cabo;
- Sistema de Proteção e Segurança de acordo com a legislação em vigor, para o transporte de adultos e crianças;
- Antepara em acrílico por trás do motorista e tripulante;
- Tapa-pernas na frente, lado direito e esquerdo e junto ao estribo central;
- Sinal acústico de marcha atrás;
- Extinção automática de incêndios no compartimento do motor.

viii. Outras especificações – Carroçaria

- Uso: novo;
- Finalidade: Transportes municipais, designadamente escolares;
- Caixa de primeiros socorros homologada;
- Dois extintores de 6 Kg e respetivos suportes homologados;
- Bloqueio do arranque do motor, sempre que a tampa do motor esteja aberta;
- Cor e decoração exterior a definir posteriormente pelo município;
- Quadro de tomada de testes do circuito pneumático

- Decoração externa em vinil fotográfico composta por lettering e logo do Município de Mora.

c) Outras especificações

- Garantia total do chassi – 4 anos;
- Garantia total linha motriz – 4 anos;
- Garantia total carroçaria – 4 anos.

Cláusula 27ª

Garantia de continuidade de fabrico

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da data da assinatura do auto de entrega.

Mora, de março de 2020
O Presidente da Câmara Municipal



- Engº. Luís Simão Duarte de Matos -

